

**8.ª**  
**17.12.2018**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE  
FREGUESIA DE CARNIDE**

**ACTA**

Aos **dezassete** dias do mês de **Dezembro** do ano de **dois mil e dezoito**, pelas **vinte e uma horas e seis minutos**, reuniu, na Sala Estúdio do Edifício do Centro Cultural de Carnide -, para efectivação de mais uma **sessão ordinária**, do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, JOÃO VENTURA TOURÃO, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES, PAULO RENATO LOPES RODRIGUES, DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE, MIGUEL MARTINS AGROCHÃO E VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO**, que apenas se integrou nesta assembleia às 23.30h.

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA e SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ**. Ausente, **MARIA TERESA FERREIRA MARTINS**.

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

1. Acta da 7.ª Assembleia de Freguesia de Carnide – Apreciar e votar a acta da Reunião anterior;
2. Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
3. Proposta – Gandes Opções do Plano e Orçamento – 2019 – Aprovar as Opções do Plano e Orçamento da Junta de Freguesia de Carnide para o ano de 2019, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
4. Proposta – 2.ª Revisão Orçamental – Aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2018, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
5. Proposta – Mapa de Pessoal 2019 – Aprovar o Mapa Anual de Pessoal da Junta de Freguesia de Carnide, para o ano de 2019, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

6. Proposta – Modelo de Estrutura Orgânica da Junta de Freguesia de Carnide – Aprovar o Modelo de Estrutura Orgânica da Junta de Freguesia de Carnide, de acordo com os termos do art.º 13.º do Decreto-Lei 305/2009 de 23 de Outubro;
7. Proposta – Contrato de Delegação de Competências – Autorizar a celebração de Contrato, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
8. Proposta – Potocolo(s) de Cooperação – Autorizar a celebração de Procolos de Cooperação, de acordo com a alínea j) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
9. Proposta – Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, ao abrigo da alínea xx) do art.º 16 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e do art.º 12 do Decreto-Lei 127/2012 de 21 de Junho;
10. Proposta – Votação do representante da Assembleia de Freguesia na CPCJ Lisboa Norte – Votar a nomeação do representante da Assembleia de Freguesia na CPCJ Lisboa Norte.

Antes do início da sessão foram entregues à Mesa os seguintes documentos:

Documento 1 – **VOTO DE HOMENAGEM PELA MORTE DE SÁ CARNEIRO E ADELINO AMARO DA COSTA, pelo PSD;**

Documento 2 - **MOÇÃO - "COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO À NOVA FEIRA POPULAR DE LISBOA", pelo PSD;**

Documento 3 – **VOTO DE LOUVOR A JOÃO VENTURA RIBEIRO TOURÃO, pela CDU;**

Documento 4 - **MOÇÃO - "POR UM METRO MAIS METROPOLITANO", pela CDU;**

Documento 5 – **VOTO DE SAUDAÇÃO AOS 43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975, pelo CDS;**

Documento 6 – **MOÇÃO – "CONCLUSÃO DA LIGAÇÃO DA REDE DE METROPOLITANO DE TELHEIRAS À PONTINHA", pelo PS;**

Documento 7 – **MOÇÃO – "PELA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDADES, PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS E AVENIDA CIDADE DE PRAGA" pelo PS;**

A iniciar a reunião a Presidente da Assembleia de Freguesia começou por saudar todos os presentes e passou, de pronto, a palavra à população para que esta se pudesse pronunciar acerca daquilo que considerasse pertinente.



Assim, nesta sequência, o cidadão **MÁRIO LOPES** começou por referir fazer parte da Assembleia de Freguesia do Lumiar, e que a razão da sua intervenção se prendia com a problemática do Metropolitano de Lisboa, nomeadamente com o seu projecto de expansão/criação de linha circular.

Mais acrescentou que recentemente havia sido realizada, em Telheiras, uma reunião a este teor, com a possibilidade de esclarecer a população acerca das vantagens e desvantagens do projecto preconizado. No seu entender – disse **MÁRIO LOPES** – o projecto de criação da linha circular não se apresenta como uma solução eficaz, antes pelo contrário, dificultará os acessos à cidade de Lisboa para as pessoas que se desloquem das zonas do Lumiar, Santa Clara e concelhos a norte da cidade, nomeadamente Loures e Odivelas, implicando isso num acréscimo de veículos automóveis para a capital.

Além disso, tal solução implicará também elevados custos financeiros – maiores do que o actualmente orçamentado - uma vez que é complicado qualquer tipo de intervenção em zona de águas subterrâneas e que isso comprometerá também qualquer outro tipo de projecto de expansão.

Tal situação – afirmou - trará também constrangimentos para a freguesia de Carnide e para uma futura possibilidade de alargamento da linha de metropolitano a esta freguesia.

Passando-se de seguida a palavra a **ELISETE ANDRADE**, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, esta cidadã começou por agradecer ao Executivo da Junta de Freguesia de Carnide todo o que apoio que tem sido dado à Associação para prossecução dos seus projectos e, nomeadamente, no enfrentamento das dificuldades decorrentes da falta de financiamento, e pediu depois que fosse avaliada a possibilidade de mais um esforço na busca uma solução concreta para o semáforo instalado junto à Unidade de Saúde Familiar Carnide Quer e Universidade Europeia.

A Presidente da Assembleia de Freguesia passou, de seguida, a palavra às diversas bancadas com representação nesta Assembleia, para que as mesmas pudessem pronunciar-se a propósito das Intervenções da população, se assim o desejassem.

Não tendo havido, pela parte de nenhuma delas, o desejo de o fazer, entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem de Trabalhos.

Neste sentido **JOSÉ MORGADO** começou por saudar os presentes e apresentou os documentos que o Partido Social Democrata havia entregue à Mesa no início desta Assembleia, nomeadamente, **VOTO DE HOMENAGEM PELA MORTE DE SÁ CARNEIRO E ADELINO AMARO DA COSTA** e Moção **“COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO À NOVA FEIRA POPULAR DE LISBOA”**.

A propósito do primeiro documento recordou que no dia 4 de Dezembro havia transcorrido mais um ano sobre o acidente que vitimou Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, os pilotos e demais acompanhantes que seguiam a bordo do avião, pelo que considerava ser importante assinalar-se essa data, quer pelo peso político que algumas das pessoas tinham, quer pela intervenção política que tiveram.

Tendo-se colocado este documento à apreciação dos elementos da Assembleia, **DANIEL SOARES** sugeriu que a redacção do terceiro considerando pudesse ser alterada, terminando o mesmo no termo “*governo reformador*”, e suprimindo-se o restante texto.

Aceite esta sugestão por **JOSÉ MORGADO**, ainda que o mesmo tenha afirmado não perceber em que é que o resto do texto poderia ser contestado, uma vez que considerava que o seu conteúdo espelhava um dado histórico, foi o VOTO DE HOMENAGEM colocado à votação, tendo resultado **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

Relativamente ao segundo documento, **JOSÉ MORGADO** afirmou que ele se reportava à implementação da futura Feira Popular de Lisboa na freguesia de Carnide. Disse também que, neste momento, as notícias conhecidas são as de que os terrenos da antiga Feira Popular foram vendidos, com bastantes benefícios monetários para a CML, mas que, contudo, os actuais terrenos para onde está projectada a futura FPL se encontram ao abandono, com tapumes de delimitação danificados, com elevações íngremes e depressões profundas, com acumulação de águas no Inverno e com grave perigosidade e riscos de acidentes futuros com crianças.

Acrescentou, também, que toda aquela zona, que deveria estar ordenada, está, na realidade, bastante desorganizada, apresetando mau aspecto e parecendo uma zona abandonada, pelo que, com esta Moção, se propõe a constituição de uma Comissão de Acompanhamento desta Assembleia de Freguesia, composta por diversos elementos, desde o Presidente da Junta de Freguesia, à Presidente da Assembleia de Freguesia, passando pelos eleitos deste Órgão e depois por representantes de uma série de Associações e Instituições locais.

Reforçou ainda que, aquando do funcionamento da futura Feira Popular, irá registar-se um conjunto variado de impactos violentos, desde o ruído, à qualidade do ar, ao estacionamento, ao afluxo de viaturas e de pessoas... que se torna necessário acautelar atempadamente, pelo que todas essas instituições deverão ser auscultadas e aproveitar-se o seu contributo para a elaboração de um plano efectivo que venha a ser apresentado.

A este propósito **MIGUEL AGROCHÃO**, afirmou que, concordando com a Moção apresentada pelo PSD, gostaria, contudo, de lembrar que uma Comissão desta natureza já existe – ainda que pareça uma estrutura parada, a precisar de um impulso de reactivação que pode ser conseguido com um sentimento de urgência - , e que surgiu exactamente da acção dos Grupos Comunitários, que são o fórum privilegiado de acompanhamento desta realidade. **JOSÉ MORGADO**, anuindo com esta intervenção, esclareceu, porém, que a comissão actualmente existente não contempla uma série de instituições e elementos que agora surgem considerados, nomeadamente os representantes das forças partidárias com assento na Assembleia de Freguesia.

Nesta sequência e a este propósito também **DANIEL SOARES** se pronunciou, reforçando que a Comissão já existe e que se está a repetir a criação de Comissões de Acompanhamento. Propõe, assim, que este documento seja transformado num



reforço ao projecto já existente junto da CML, com a criação de uma posição comum e com a inclusão das entidades que nele não estão inseridas.

**JOSÉ MORGADO** contrapôs a posição de Daniel Soares, sublinhando que o que estava a propor era a constituição de uma Comissão de Acompanhamento junto da Assembleia de Freguesia e mandatando, assim, a sua Presidente para fazer saber junto das diversas instâncias da sua existência e da necessidade de todos os elementos deste órgão autárquico serem devida e obrigatoriamente informados, e não a propor apenas um reforço da Comissão junto da CML, onde, depois de uma série de reuniões com aquela autarquia, também lhe pareceu haver o desconhecimento da sua existência.

**DIANA VALE**, por sua vez, afirmou que o CDS vê com muito bons olhos a criação desta Comissão de Acompanhamento, reconhecendo nela um carácter de urgência de modo a que a CML comece a fazer qualquer coisa. Recordou também que, em 3 de Novembro de 2016, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciou que iriam iniciar-se as obras para a construção da nova Feira Popular de Lisboa, e que, às portas de 2019, ainda nada se iniciou.

Sugeriu, ainda, que, pela Câmara Municipal de Lisboa, fosse dado um esclarecimento a todas as forças presentes nesta Assembleia de Freguesia, atendendo a que este é um projecto enorme e de suma importância para a cidade de Lisboa e particularmente para a freguesia de Carnide.

Tendo-se passado à votação desta Moção, resultou a mesma **APROVADA** com os votos favoráveis do PSD (2 votos), CDS (1 voto) e CDU (7 votos) e a abstenção do PS (2 votos), que fez também Declaração de Voto oral, com o teor que a seguir se redige:

***“A nossa abstenção prende-se com a existência de uma Comissão de Acompanhamento. Embora concordemos que exista a necessidade de haver mais entidades incluídas, achamos que não é pela existência de uma nova Comissão que esta situação se vai alterar”***

Na continuação dos trabalhos e da apresentação dos documentos previamente entregues à Mesa, **JORGE HUMBERTO** fez a exposição do **VOTO DE LOUVOR A JOÃO VENTURA RIBEIRO TOURÃO**, trazido pela CDU, realçando o trabalho que este elemento desempenhou ao longo de vários anos na CPCJ-Lisboa Norte, em representação da Assembleia de Freguesia de Carnide.

Submetido a votação, resultou o mesmo **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

Nesta sequência **JOÃO VENTURA** agradeceu o reconhecimento que ora lhe foi feito, mas afirmou que fundamentalmente agradece à Assembleia de Freguesia a honra de lhe ter permitido representá-la na CPCJ.

Em continuação, **MÁRIO ALVES**, depois de saudar a presença do representante da Assembleia de Freguesia do Lumiar que, na sua intervenção, enquadrou o conteúdo da problemática relativa à expansão do Metro, apresentou de seguida a **MOÇÃO** da CDU **“POR UM METRO MAIS METROPOLITANO”**, sublinhando nesta ocasião, os

constragimentos com o projecto actualmente delineado e que a CDU considera serem impactantes para a freguesia e para a cidade, com um efeito muito lesivo para as populações.

A este propósito **DANIEL SOARES** pediu que a votação do documento fosse feita ponto por ponto, havendo alguns considerandos que vão ao encontro da Moção que também o PS trouxe a esta Assembleia, e outros considerandos com os quais o PS claramente não poderia concordar.

Acrescentou, também, não perceber que relevância tem, para a freguesia de Carnide, a expansão do Metro para Alcântara ou para Loures, como consta do documento, nem perceber as razões invocadas para a não afectação da linha circular a esta freguesia.

Declarou ainda que o PS é a favor da expansão do rede do metro, é a favor da ligação de Telheiras à Pontinha, é a favor de uma melhor oferta de transporte público... mas não pode ser a favor do contra, só por ser contra, nem do estar a defender a questão de Loures ou de Alcântara na freguesia de Carnide, quando o propósito deve ser, antes de mais e acima de tudo, o de defender esta freguesia.

**JOSÉ MORGADO**, por sua vez, afirmou subscrever esta Moção praticamente na íntegra, ainda que com termos diferentes, mas com conteúdo idêntico.

Refutando as afirmações de **DANIEL SOARES** sublinhou a importância de Loures para a freguesia de Carnide, recordando que, se neste momento a freguesia já é uma zona de circulação automóvel alternativa à 2ª Circular, se neste momento a freguesia já é uma zona de estacionamento alternativo à zona do Colombo, do Lumiar e de outras zonas onde já existem parquímetros instalados... com a obra que agora se pretende fazer muito mais carros irão entrar na cidade de Lisboa e, ante a falta de espaços de estacionamento adequados, Carnide rapidamente se transformará num depósito de viaturas vindas quer de Loures quer de todo o norte do Concelho de Lisboa.

Disse também que Carnide fica geograficamente localizada numa área metropolitana onde os movimentos pendulares são particularmente significativos e qualquer mexida num transporte pesado, como é o Metropolitano, vai implicar necessariamente repercussões e influências grandes para a freguesia.

No uso da palavra **MIGUEL AGROCHÃO** recordou que a CDU já havia apresentado noutra ocasião, e até por mais do que uma vez, uma Moção a propósito da ligação Pontinha-Telheiras, Pontinha-Carnide, e que, nesta perspectiva, tem bem vincada uma política de mobilidade para toda a cidade e que serve também os interesses da freguesia de Carnide, ao contrário do que tem sido a política de mobilidade do município, apoiado pelo próprio Governo, que, com a criação da linha circular apenas tem uma preocupação com os aspectos turísticos da cidade e com os interesses especulativos. Há alguns assuntos – disse – que não se esgotam nas fronteiras geográficas do concelho ou da freguesia, e este é, claramente, um deles. A preocupação fundamental terá de ser sempre a da criação de condições de mobilidade dos cidadãos de Lisboa e dos concelhos limítrofes, e é isso que está espelhado nesta Moção.



Em resposta a esta intervenção **DANIEL SOARES** afirmou ser opinião unânime a necessidade de expansão da rede do metropolitano e que essa é uma obra que faz todo o sentido. Contudo - acrescentou ainda – na Estação do Cais do Sodré entram diariamente 70.000 passageiros por dia, em dia útil, e que esses passageiros têm, na sua maior parte, de fazer dois transbordos, e que isso é também uma visão de cidade. Afirmou, igualmente, que a A5 continua a ter demasiado trânsito para a sua própria dimensão, e que grande parte desse tem trânsito está relacionado com a dificuldade de quem vem da zona da linha de Cascais ter de fazer os referidos transbordos.

*“É uma verdade que também a CARRIS está a fazer um reforço dos seus transportes e que estão a ser estudadas alternativas rodoviárias em espaço próprio para a zona de Oeiras e zona norte. E é também uma verdade que se dissermos que Carnide vai ser muito afectada por quem vem de Loures, estamos a esquecer-nos que quem vem de Loures antes de chegar a Carnide tem de passar primeiro por outras freguesias de Lisboa onde, aí sim, são as freguesias em que deixam os carros. São as freguesias de Santa Clara, do Parque das Nações, dos Olivais... estamos a esquecer que existe muito mais Lisboa, antes de chegar a Carnide, para quem vem de Loures. E também nos estamos a esquecer – e é isto que o argumento sobre Alcântara não está a considerar – que ao Cais do Sodré que chegam os barcos que vêm do outro lado do rio. Ora não se pondo o metro a ir para Almada, coloca-se o metro a fazer a distribuição das pessoas a partir do Cais do Sodré.” – Disse **DANIEL SOARES**.*

Na sequência desta discussão, e conforme proposta do Partido Socialista, foram os diversos pontos desta Moção colocados à votação em separado, registando-se o seguinte resultado:

**Ponto 1 – Aprovado por unanimidade;**

**Ponto 2 – Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7 votos), do PSD (2 votos) e do CDS (1 voto) e com os votos contra do PS (2 votos);

**Ponto 3 - Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7 votos), do PSD (2 votos) e do CDS (1 voto) e com os votos contra do PS (2 votos);

**Ponto 4 - Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos), com os votos contra do PS (2 votos) e com a abstenção do CDS (1 voto).

No final da votação **DANIEL SOARES** informou que o PS iria apresentar uma Declaração de Voto por escrito.

Passando-se, de seguida a palavra a **DIANA VALE**, esta eleita pelo CDS, depois de saudar todos os Elementos da Assembleia e todo o público presente, fez a apresentação do **VOTO DA SAUDAÇÃO PELOS 43 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO**, recordando que esta era uma data muito importante para o CDS.

Procedendo-se à votação deste documento resultou o mesmo na sua **NÃO APROVAÇÃO**, com os votos contra da CDU (7 votos) e do PS (2 votos), e com os votos a favor do CDS (1 voto) e do PSD (2 votos);

O PS anunciou que iria apresentar declaração de Voto.

Em continuação deste Período de Antes da Ordem do Dia, **DANIEL SOARES** apresentou a Moção do PS – **“CONCLUSÃO DA LIGAÇÃO DA REDE DE METROPOLITANO DE TELHEIRAS À PONTINHA”**, e começou por dizer que este documento recomenda ao Metro de Lisboa, à Junta de Freguesia de Carnide, à Câmara Municipal e ao Governo que definam como prioritária esta ligação – que já está iniciada, nomeadamente no ramal que ligará Telheiras à Pontinha - e pede à Administração do Metropolitano a sua conclusão.

Acrescentou também que agora que o processo de expansão do Metro se iniciou novamente é indispensável que esta ligação seja colocada na linha da frente das prioridades.

A este propósito **MÁRIO ALVES**, eleito pela CDU, quis questionar **DANIEL SOARES** e o Presidente da Junta de Freguesia se no investimento mencionado na Moção, no valor total de 17,4 milhões de euros, para a remodelação de cinco estações da rede, uma das quais a do Colégio Militar/Luz, situada na Freguesia de Carnide, está considerada a instalação do elevador de acesso à superfície e se havia alguma indicação da data em que esta obra teria o seu início.

Em resposta a esta interpelação **DANIEL SOARES** afirmou que a informação de que dispunha era a de que todas as obras que são realizadas no Metro têm em consideração a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

**FÁBIO SOUSA**, por sua vez, afirmou não ter o Executivo qualquer conhecimento que lhe permita dar resposta à questão colocada.

Tendo-se procedido à votação desta Moção, foi a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Na continuação do uso da palavra, **DANIEL SOARES** apresentou a segunda Moção trazida pelo PS, nomeadamente, **“PELA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS E AVENIDA CIDADE DE PRAGA”**.

Começou por informar que esta Moção decorre do anúncio que foi feito no último Grupo Comunitário do Bairro da Horta Nova, e que surge na sequência de diversos acidentes que se têm verificado naquela zona, um deles recentemente ocorrido, no qual uma morte. Acrescentou também que, pela Presidente da Assembleia de Freguesia, foi pedido ao PS que diligenciasse, junto da Câmara Municipal de Lisboa, uma segunda apresentação deste projecto o que, contudo, ainda não houve oportunidade de acontecer.

Fez saber, depois, que este projecto foi apresentado com duas fases de intervenção. Uma primeira fase de execução rápida e uma segunda fase mais estrutural. Para a primeira fase foi pedida à CML uma célere concretização e, para a segunda fase, foi proposto um processo participado, das várias maneiras que pode ser participado.

Em resposta a esta intervenção **JOSÉ MORGADO** afirmou ter uma salvaguarda a fazer: identificando-se como residente na Praça São Francisco de Assis, e sendo testemunha



regular de diversos acidentes naquela zona, sublinhou, contudo, não conhecer o projecto de intervenção em causa, pelo que teria alguma dificuldade em votá-lo favoravelmente. O mesmo disse acontecer com outros vizinhos - quer do prédio onde habita, quer dos prédios contíguos - que desconhecem por completo o projecto preconizado pela CML.

Teve, contudo, oportunidade de conversar telefonicamente com **DANIEL SOARES**, que, a seu tempo, lhe descreveu sumariamente e sem possibilidade de acesso a qualquer desenho ou planta, o projecto de intervenção e que, nessa ocasião, não ficou convencido de esta ser uma solução eficaz.

**MARIA VILAR** informou, por sua vez, que havia pedido a **DANIEL SOARES** que procurasse agendar com o Vereador da CML responsável pela mobilidade e segurança uma reunião para acontecer em data anterior a esta Assembleia, e na qual se pudesse marcar a segunda apresentação e debate público, mas que tal não se verificou possível por dificuldade de agenda do edil.

**DIANA VALE**, por seu lado, afirmou que o CDS vê com bons olhos esta moção e lembrou que este Partido havia já apresentado, em anterior Assembleia, uma moção no mesmo sentido, mas que, por outro lado, não via como positivo e se sentia bastante desagradada com o facto de apenas em dia anterior, e através do facebook do Presidente da Junta, ter tido conhecimento da existência de uma reunião para apresentação de um projecto desta natureza, lamentando que os membros eleitos da Assembleia de Freguesia não tivessem sido previamente informados de tal acontecimento.

Deixou também algumas questões que poderiam, ou poderão, ser equacionadas para a elaboração deste tipo de intervenção, nomeadamente, acerca da possibilidade da criação de um corredor bus, da colocação de um radar de controle de velocidade, da colocação de lombas sobreelevadas, etc... legitimando-se também, e à semelhança do registado por **JOSÉ MORGADO**, na dúvida acerca da eficácia real desta solução.

No uso da palavra **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou a consciência da CDU de que este é um problema real, que é necessário resolver, mas que não há informação suficiente e com detalhe da intervenção preconizada que a permita acompanhar de forma adequada e estimular a um voto favorável desta força política, pelo que a CDU equacionava a possibilidade da sua abstenção.

Sublinhou, porém, que após realizado um debate - que é imperioso acontecer -, esclarecidas algumas questões fundamentais que procuram respostas concretas e consideradas as diversas sugestões dos diversos agentes, todos estarão em melhor condições para apreciar e decidir.

**FÁBIO SOUSA**, por seu lado, e rebatendo a afirmação de que este projecto tinha nascido de uma reunião do Grupo Comunitário da Horta Nova e que aí tinha tido uma primeira apresentação, afirmou que o projecto que aqui se apresenta agora não corresponde àquele que na altura foi apresentado à população nem à Junta de Freguesia.

Depois de alguma discussão na qual participaram diversos intervenientes, foi esta **MOÇÃO** sujeita a votação, tendo a mesma resultado **NÃO APROVADA**, com os votos contra da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e os votos favoráveis do PS (2 votos) e do CDS (1 voto).

Ainda neste Período de Antes da Ordem do Dia, e a rematar a discussão desta temática, **JOSÉ MORGADO** afirmou ser importante que todos os elementos da Assembleia fossem informados protocolarmente e atempadamente de iniciativas desta natureza e das iniciativas que a Câmara tem junto dos Grupos Comunitários, junto dos Clubes, junto das Associações..., considerando não fazer sentido que os mesmos apenas delas tenham conhecimento através de informação publicada nas redes sociais, pelo que deveria a Mesa da Assembleia de Freguesia providenciar um mecanismo de informação e comunicação adequado aos seus eleitos.

Em contraponto a esta afirmação **JORGE HUMBERTO SILVA** sublinhou que estas iniciativas decorrem da responsabilidade dos próprios Grupos Comunitários, que são, eles próprios, iniciativa dos moradores, e que as acções ali realizadas ou os convites por eles efectuados são da sua exclusiva responsabilidade. Neste sentido, deverão, então, ser os membros da Assembleia a estar atentos à promoção destas iniciativas, acompanhando de perto e fazendo-se presença regular na actividade destes Grupos, que reúnem mensalmente.

A encerrar o PAOD, **JOSÉ MORGADO** reportando-se, ainda, à temática da expansão do Metro e no seguimento da discussão anteriormente havida, solicitou à Presidente da Mesa da Assembleia e à Junta de Freguesia que diligenciassem a promoção de um debate com a população de Carnide sobre este assunto, considerando o seu elevado interesse e pertinência.

Entrando-se de seguida na **ORDEM DE TRABALHOS**, a Presidente **MARIA VILAR** pediu à Assembleia que pudesse ser invertida a ordem de discussão dos pontos 5 e 6, ao que todos concordaram.

Nesta sequência, e entrando-se na abordagem do **Ponto 1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA 7.ª ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, resultou a mesma na sua **APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE**

Relativamente ao **Ponto 2 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA**, foram pedidos diversos esclarecimentos por alguns elementos da Assembleia.

Assim, **JOSÉ MORGADO** inquiriu acerca do empreendimento que se está a “desenhar” junto ao Parque Colombo (empreendimento D. Justa); quis também saber acerca do ponto de situação relativo às negociações a propósito das acessibilidades à USF-Carnide Quer; e pediu informação complementar acerca do ponto onde é referida a continuidade das reuniões do subgrupo “casas do lixo”, no âmbito do Pulsar Horta Nova.

**DANIEL SOARES**, por sua vez, afirmou não conseguir perceber a posição da Junta de Freguesia de Carnide e da CDU, que considerou antagónica, atendendo ao



anteriormente aqui debatido relativamente à Moção apresentada pelo PS, “PELA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA...” e a redacção inscrita no ponto relativo ao Urbanismo, na qual se lê *“Continuou-se a pressionar a Câmara Municipal de Lisboa/Urbanismo para a implementação do projecto de requalificação da Avenida das Nações Unidas e para a resolução dos problemas de segurança rodoviária na Praça São Francisco de Assis”*.

**DIANA VALE**, questionou o Executivo acerca do ponto de situação das restantes intervenções de requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova; Quis também saber do ponto de situação actual da Feira Popular de Lisboa e, nomeadamente, das questões que se prendem com as instalações do complexo desportivo do CAC; pediu esclarecimentos acerca da requalificação do polidesportivo da Horta Nova e reforçou o pedido de informação a propósito das negociações para as obras de melhoria das acessibilidades ao Centro de Saúde de Carnide.

Em resposta a estas questões, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** começou por dizer que, relativamente ao licenciamento de uma nova urbanização junto ao Parque Colombo – questão colocada por **JOSÉ MORGADO** – este correspondia a um empreendimento imobiliário recente, que fora também recentemente aprovado em reunião de Câmara.

No que diz respeito à USF-Carnide Quer, **FÁBIO SOUSA** afirmou que a Junta de Freguesia tem pressionado com insistência as instâncias responsáveis e que, inclusive, já pediu uma reunião com a senhora Ministra da Saúde para se perceber efectivamente qual o ponto de situação, uma vez que anteriormente havia um compromisso que não foi cumprido, nomeadamente o do reforço de mais um médico para esta Unidade de Saúde. No tocante às obras de acessibilidade, esta é uma questão do âmbito da CML e que a Junta de Freguesia tem também vindo a acompanhar e a exercer alguma pressão no sentido da sua resolução. Por outro lado, acrescentou, a EMEL está a desenvolver um projecto de estacionamento gratuito para aquela área.

Reportando-se às “casas do lixo da Horta Nova”, informou que esta é uma questão que se prende com alguns lotes daquele Bairro e com a utilização inapropriada daquele espaço comum por algumas pessoas, e que tem vindo a ser trabalhada, de forma conjunta, em sede de grupo comunitário e com os “padrinhos” dos lotes, e envolvendo também neste processo de formação e sensibilização, a GEBALIS, os moradores e a própria Junta de Freguesia.

Relativamente à intervenção de **DANIEL SOARES**, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** afirmou que este Executivo continuará a ter a mesma postura que tem tido até aqui, nomeadamente a consciência de que é preciso encontrar uma alternativa para a melhoria da segurança rodoviária na Praça S. Francisco de Assis, mas que não pode acontecer o que sistematicamente se tem vindo a verificar, que é o *“querer fazer-se tudo, e nada se fazer”*. Deu como exemplo desta afirmação o acontecido com o projecto “uma praça em cada bairro”, preconizado para a Rua Padre Américo, cuja população, há já cerca de três anos, muito se pronunciou acerca da sua importância, mas que, daí para cá, nada mais aconteceu de concreto. Afirmou, ainda, que a CML parece ter muita vontade de vir discutir as questões com a população, mas que do

ponto de vista prático e do ponto de vista da implementação nada é feito. Isto mesmo é espelhado pela taxa de execução daquilo que são as obras camarárias, que se cifram apenas em 30% da sua concretização no ano de 2016/2017.

Em resposta às questões levantadas por **DIANA VALE, FÁBIO SOUSA** afirmou que as obras de requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova se encontravam actualmente em curso, a um ritmo aceitável. Acrescentou também que se registam bons contributos do ponto de vista da GEBALIS, que já teve mesmo oportunidade de reunir com a população, contrariando a renitência habitual. Também a este propósito o Grupo Comunitário tem sido muito pró-activo, tendo mesmo constituído uma Comissão de Acompanhamento e desejando verdadeiramente acompanhar a execução destas obras.

Relativamente ao polidesportivo da Horta Nova, disse estar-se ainda numa fase muito embrionária, sendo necessário fazer-se muitas adaptações ao projecto de requalificação original, pelo que a sua execução não deverá acontecer a breve trecho.

Também o Complexo Desportivo de Carnide para o CAC se encontra numa fase de projecto de arquitectura e a desenvolver projecto de especialidade. Justificou que este atraso é devido a um conjunto muito vasto de alterações pedidas pelo Departamento da Urbanismo da CML, o que obrigou praticamente à criação de um terceiro projecto, feito de raíz.

Entrando-se na abordagem do **Ponto 3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO – 2019**, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** começou por informar que o Plano de Actividades e Orçamento seguia uma linha de continuidade das acções que ao longo do tempo o Executivo se tem vindo a propor. Há, contudo, o desejo de inovação nalgumas áreas, pelo que surge também uma variedade grande de projectos diferentes, mais maduros e mais capazes, como sejam, por exemplo, os da área da educação.

Por outro lado – disse **FÁBIO SOUSA** – este é um Plano de Actividades que se baseia muito numa perspectiva de organização interna da Autarquia, constituindo-se o ano de 2019 como um desafio de capacitação daquilo que é a sua própria organização, com a consciência de que só desta forma se conseguirá trabalhar ainda mais e melhor para com os habitantes de Carnide, que são a razão primeira deste serviço autárquico, e o que, naturalmente, pressupõe também um esforço significativo pela melhoria das condições de trabalhos dos funcionários da Junta de Freguesia.

Este Plano – acrescentou – reúne um conjunto de valiosas contribuições das várias forças políticas com representação nesta Assembleia e é também fruto daquilo que se vai bebendo da participação constante nos diversos Grupos Comunitários e que, de mês a mês, vão relevando aquelas que são as justas preocupações das pessoas.

**SUSANA CRUZ**, Vogal do Executivo com a responsabilidade da Tesouraria, fez, por seu turno, a apresentação do Orçamento para 2019, reforçando as afirmações do Presidente da Junta de Freguesia, e sublinhando que, em sintonia com o Plano de Actividades, também o Orçamento é um espelho de continuidade que acompanha um trabalho do Executivo que vem sendo feito há já algum tempo.



Afirmou não haver neste documento grandes alterações de índole política, apenas se verificando um ajuste das rubricas em função da execução orçamental de 2018 e clarificou que há, sobretudo, um grande investimento no pessoal e que, havendo uma reorganização dos serviços e da sua estrutura funcional, há também um grande investimento naquilo que se considera vir a ser uma despesa de reestruturação orgânica inerente.

Passando-se à discussão destes documentos, **MARIA JOSÉ PINTO** lamentou o facto de o projecto de Mercearia Social ter “caído”, considerando que aquela seria uma resposta de grande valia para as pessoas da freguesia com mais carência.

Congratulou-se com as demais iniciativas preconizadas em prol da causa animal e com o protocolo considerado com a Animal Life. Porém lembrou que esta medida havia já sido incluída no plano de actividades do anterior Executivo, mas que, contudo, não chegou a ser concretizada, pelo que desejava que tal situação não se voltasse a repetir.

Sublinhou que o estabelecimento do Protocolo com a Animal Life será uma excelente resposta para o evitamento do abandono dos animais.

**JOSÉ MORGADO**, por sua vez, afirmou que o PSD reconhece que este Executivo prima pela audição à oposição e que isso lhe apraz de sobremaneira referir e constatar.

Em relação às grandes Opções do Plano considera, contudo, que a questão do analfabetismo continua ausente, sendo esta uma das áreas que lhe é particularmente querida e que gostaria muito de ver considerada. “Existe uma série de intervenções na área da literacia, mas em relação ao analfabetismo, de modo concreto, nada é referido” - disse.

Sublinha também a importância de ser considerada em Plano de Actividades a criação de mecanismos específicos de informação regular aos Membros da Assembleia das diversas actividades desenvolvidas, em desenvolvimento ou a desenvolver pela Junta de Freguesia.

Pediu também esclarecimentos específicos acerca do ponto elencado relativo ao lançamento de um concurso público de telecomunicações e respectiva implementação nos vários equipamentos da Junta de Freguesia. O que é? A que se refere?

Relativamente ao Orçamento, e reconhecendo ser esta uma área técnica que não domina por completo, referiu, contudo, que os diversos especialistas que consultou lhe disseram que os saldos de gerência estarem considerados nos orçamentos é ilegal.

Em oportunidade de resposta, **FÁBIO SOUSA** começou por dizer que o analfabetismo continua a ser também uma preocupação do Executivo, e que, se tivesse havido a possibilidade de uma conversa prévia, ter-se-ia feito um esforço para que esta questão ficasse bem plasmada na redacção dos documentos em apreço. Este Plano de Actividades, enquanto documento “limitado”, terá sempre dificuldade em deixar claramente espelhado tudo aquilo que vai sendo feito, mas, na verdade, vai havendo um trabalho de fundo cada vez mais significativo e mais profícuo no combate ao

analfabetismo, seja na área da Academia Sénior, seja na área das RVCC, seja no Espaço 3G...

Relativamente ao concurso público de telecomunicações, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** clarificou que isto se prende, fundamentalmente, com a actualização dos meios e operadores de comunicação, nomeadamente de internet e comunicação de voz.

A propósito da questão levantada por **JOSÉ MORGADO**, relativa aos valores de “saldo de gerência” inscritos no Orçamento de 2019, **SUSANA CRUZ** esclareceu que estes valores correspondem, na realidade, a um saldo consignado, por força de protocolos já estabelecidos e cujos montantes foram já recepcionados pela Junta de Freguesia, tendo aissm já dado entrada em Caixa, mas os quais não podem ainda ser movimentados.

**MIGUEL AGROCHÃO**, por sua vez, reconheceu e sublinhou a consistência do PSD na preocupação com a taxa de analfabetismo da freguesia, uma preocupação que desde princípio tem sido uma “bandeira” dos seus eleitos.

Destacou, também, o facto de ao longo dos mandatos o Executivo ter sabido acolher a crítica, ter sabido considerar as sugestões apresentadas pela oposição, incluindo-as, assim, no seu Plano de Actividades, e ter sabido procurar permanentemente a melhoria, mas, contudo, frisou também que na identificação de algumas das ideias apontadas pela oposição, como novas propostas, estas são, na realidade, subscrições de outras ideias que vêm detrás e que constam em plano de objectivos da Junta de Freguesia há já alguns anos, como sejam os casos da Casa de Cidadania ou o Forum do Movimento Associativo, o qual, por exemplo, já foi proposto e realizado numa primeira edição.

No uso da palavra, **VASCO FERREIRA** começou por felicitar o Executivo da Junta de Freguesia pela inclusão de sugestões do cunho do PS nestas Opções do Plano. Fez no entanto um reparo: ainda que tenha constatado a existência de várias medidas do ponto de vista ecológico e ambiental espalhadas pelos diversos títulos e, fora a educação e sensibilização para a ecologia que ali está plasmada, gostaria de ver expressa e desenvolvida uma rubrica mais especifica acerca das questões ambientais e do projecto de ecofreguesia preconizado pelo Executivo.

Quis também saber junto do Executivo se algo está pensado, relativamente à actualização dos serviços, para ir ao encontro do Regulamento Geral de Protecção de Dados, uma vez que a Junta também terá dados de vários fregueses – e mesmo de trabalhadores - que é necessário acautelar, salvaguardar e tratar com cuidado, rigor e segurança.

Em resposta a estas questões, **FÁBIO SOUSA** disse que, no que concerne às questões da ecofreguesia, o Executivo entendeu que, em vez de ter apenas um capítulo ou um departamento que se dedicasse à afirmação da autarquia enquanto ecofreguesia, seria preferível que esta fosse uma questão transversal a todas as áreas e que, em todos os departamentos e serviços da Junta, esta fosse uma preocupação constante e



permanente, no sentido de, em todos eles, serem dados passos mais assertivos e afirmativos e facilitar uma melhor relação com o ambiente.

Do ponto de vista do Regulamento Geral de Protecção de Dados o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** afirmou que ainda não haviam sido dados tantos passos quanto seria desejável, pelo que este terá de ser um trabalho em progresso.

**DIANA VALE**, na sua vez, afirmou que o CDS reconhece que este Orçamento se apresenta como um instrumento de continuidade, e com um Plano ambicioso e interessante, pelo que, da sua análise lhe surgiram algumas questões para as quais gostaria de obter resposta.

Assim, e em sequência, a propósito da criação de novas plataformas de divulgação, gostaria de saber se o Executivo tem algumas propostas concretas que possa apresentar; do mesmo modo gostava também de perceber em que consiste o projecto do Cartão Carnide; que tipo de articulação se pretende fazer com a Câmara Municipal de Lisboa para a possibilidade de criação de um Museu de Carnide; em que consiste o projecto “NÓS + VÓS – SÓS”; em que é que consiste a ideia de desenvolver um programa de animação do território e de requalificação do Centro Histórico de Carnide; e, por fim, saber qual é, na opinião do Executivo, a grande novidade deste Plano de Actividades.

Na resposta a **DIANA VALE, FÁBIO SOUSA** afirmou que, a propósito das novas plataformas de divulgação, o Executivo está a estudar formas de comunicação que possam ser capazes de chegar mais facilmente junto das pessoas, como é exemplo o recente desenvolvimento da plataforma de interacção – criada em articulação com a Epic Student e com a My Polis, e implementada durante a Feira de Luz – que era quase uma dinâmica de Orçamento Participativo, através da qual as pessoas colocavam uma série de propostas e, posteriormente, iam votá-las.

O Cartão Carnide, é uma tentativa de possibilitar ao mesmo morador, e através do estabelecimento de parcerias, o acesso a um conjunto de ofertas culturais, sociais, desportivas...

O Museu Arqueológico reflecte também aquela que é uma ambição deste Executivo e também da comunidade, que muito coloca esta questão. Já se chegaram a fazer propostas à senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto no sentido de se trazerem para a freguesia algumas peças arqueológicas do achado do Centro Histórico, retirando-as do Museu de Arqueologia de Lisboa.

O projecto “NÓS + VÓS – SÓS”, consiste não apenas numa estratégia de mapeamento das pessoas que estão sós, mas antes numa estratégia mais global de acompanhamento das pessoas que possam ser sinalizadas, seja através de dinâmicas de socialização, seja no acompanhamento pessoal em situações de maior solidão.

A Animação do Território e a Requalificação do Centro Histórico é uma ideia muito ligada à luta que a população trava, desde 2014, pela implementação dos Orçamentos Participativos que estão em falha.

Por fim, respondendo à última questão colocada pela eleita do CDS, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** afirmou que, no entender do Executivo, a grande novidade deste Plano e Orçamento é, efectivamente, a organização interna e a reorganização dos serviços, porque espelha um acto de grande coragem e porque será um marco para a autarquia do ponto de vista da gestão funcional. Por outro lado, o Executivo tem toda a convicção de que os serviços a Junta de Freguesia começarão a funcionar muito melhor a partir do momento em que estejam devidamente organizados e mais autonomizados em contraste com a actual excessiva dependência da figura do Presidente ou da figura do Executivo.

Após estas explicações do Presidente, passou-se à votação do documento das **Grandes Opções do Plano e Orçamento - 2019**, tendo os mesmos resultado **APROVADOS**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e as abstenções do PS (3 votos), do PSD (2 votos) e do CDS (1 voto).

**DANIEL SOARES**, pelo PS, apresentou Declaração de Voto Oral, com o teor que a seguir se redige:

*“O PS tem por princípio não impedir a aprovação de documentos – o que neste caso não seria necessário, uma vez que há uma maioria da CDU – (...) pelo que se abstém, agradecendo, no entanto, e fazendo nota que as sugestões do PS foram acolhidas no Plano e Orçamento, o que naturalmente prova que este partido tinha um bom programa, mas também que existe esta abertura por parte do Executivo. Agradecemos também o elogio feito ao programa do PS, feito através dessa aceitação”.*

Nota do Secretário: para a transcrição desta Declaração de Voto oral, recorreu-se ao apoio da gravação audio da Sessão que, contudo, se encontra imperceptível numa parte da alocução.

Passando-se, de seguida, à abordagem do **Ponto 4** da Ordem de Trabalhos – **APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL - SUSANA CRUZ** explicou que esta revisão orçamental decorre por uma questão do ponto de vista técnico e o que se pretende, no fundo, é espelhar um nível de execução mais realista, bem como proceder ao ajuste de algumas rubricas do orçamento inicial, tendo em conta aquilo que efectivamente foi verificado no que diz respeito à receita prevista inicialmente.

Submetida à votação, foi este ponto também **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e as abstenções do PS (3 votos) do PSD (2 votos) e do CDS (1 voto).

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, idêntica à anterior.

Entrando-se na abordagem do **PONTO 6 – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA JUNTA DE FREGUESIA – FÁBIO SOUSA** esclareceu que com o modelo de gestão autárquica e com a dimensão da freguesia, o Executivo sentiu necessidade de criar Departamentos e Chefes de Divisão através dos quais se promoveria a delegação de competências. Com esta estrutura orgânica prevê-se a criação de três Divisões, a saber: a Divisão de Espaço Público, a Divisão de Intervenção Local e a Divisão de Administração Geral.



A este propósito **VASCO FERREIRA**, começou por dizer considerar ser de valor o facto de o Executivo ter optado por esta opção e de os serviços passarem a ter uma delegação de competências, em oposição à centralização no topo. Gostaria, contudo, de saber qual a lógica que presidiu ao agrupamento dos diferentes pelouros nas três novas Divisões. Por outro lado, tendo em conta que este é um passo que a Junta está a fazer pela primeira vez, e requer também a atenção da Assembleia, questionou se os Chefes de Divisão estão a ser cooptados entre os actuais funcionários da Junta de Freguesia e quais as condições a ter em conta, ou se, pelo contrário, estão a ser recrutados de fora.

**FÁBIO SOUSA** esclareceu que este modelo de estrutura orgânica, é fruto de uma discussão e de um sentimento que o executivo foi tendo ao longo dos tempos e de uma avaliação que foi fazendo. Mas também os trabalhadores foram envolvidos neste processo de remodelação, tendo sido, inclusivamente, chamados a pronunciar-se sobre a forma como sentiam - eles próprios - esta "casa": quais as questões a necessitar de melhoria, quais as expectativas que cada um tinha a partir da sua experiência profissional, etc... foi a partir desta discussão de fundo e partilhada com todos os agentes que a estrutura foi sendo montada.

Relativamente à selecção de Chefes de Divisão, afirmou que há um trabalho de base já começado, com alguns critérios definidos, mas que há ainda muito a fazer - até do ponto de vista da formação e da capacitação de gestão de equipas, de liderança etc... - , pelo que este não é, nem de perto, um processo terminado.

Sujeito à votação, resultou este documento **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e as abstenções do PS (três votos) e do CDS (1 voto).

PS apresentou Declaração de Voto Oral, com o seguinte teor:

*"O nosso sentido de voto foi a abstenção pelos mesmos motivos da abstenção nos restantes pontos da Ordem de Trabalhos, nomeadamente no Orçamento e no Plano, mas congratulamo-nos com esta alteração e com este passo que é muito importante e adaptando, naturalmente, a estrutura à realidade e à sua dimensão".*

Relativamente ao **PONTO 5 – MAPA DE PESSOAL**, **VASCO FERREIRA** questionou apenas se o PREVPAP, a progressão de carreiras e o processo de avaliação estariam já devidamente encaminhados. Tendo sido respondido afirmativamente pelo Presidente da Junta de Freguesia, passou-se de imediato à votação deste documento, resultando o mesmo **APROVADO** com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e as abstenções do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, idêntica à do ponto anterior.

Na discussão do **PONTO 7 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**, **DANIEL SOARES** afirmou que a questão das refeições escolares saudáveis aqui consideradas foi uma questão por ele levantada no mandato anterior, congratulando-se, por isso, com esta delegação de competências, que reputa de muita importância para a freguesia e

para as crianças que aqui residem ou frequentam os estabelecimentos escolares - convicção que afirmou reforçada pelos resultados que a experiência tem registado noutras freguesias da cidade - e considerando que este foi o melhor passo, nascido de uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa.

Submetido à votação foi este documento **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

Relativamente ao **PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, nada havendo a acrescentar nem a debater foi este documento directamente submetido à votação tendo resultado **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e a abstenção do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

18

O PS apresentou Declaração de Voto Oral idêntica à anterior.

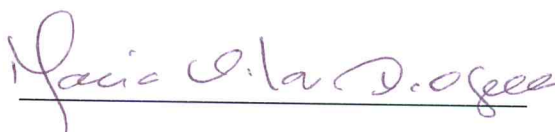
No tocante ao **PONTO 10 – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA NA CPCJ-LISBOA NORTE**, foi proposto o nome de Fernando Oliveira, para representante desta Assembleia de Freguesia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ-Lisboa Norte).

Nada tendo sido questionado, foi esta proposta submetida à votação, resultando a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Tendo sido acordada a retirada do ponto 8 para discussão em ulterior Assembleia, foi acordada a data de **7 de Janeiro de 2019, pelas 21.00h**, para a realização da próxima Assembleia de Freguesia, tendo sido lavrada e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta.

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram **00 horas e trinta minutos** do dia dezoito de Dezembro, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **MARIA JOSÉ CRUZ**, 2.ª Secretária.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário



Fernando d'Oliveira

2.ª Secretária



Maria José Cruz